



JORNAL DO SINDIPETRO

PARANÁ E SANTA CATARINA

Informativo do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina | Ano XXX | Nº 1328 | de 02 a 22/06/2014

➔ **ATUALIZAÇÃO**

Sindicato lança campanha de recadastramento de sócios

Além de melhorar o relacionamento com os sindicalizados, o recadastramento agiliza a adesão às ações jurídicas coletivas que o Sindipetro Paraná e Santa Catarina entra como substituto processual, em defesa dos direitos dos associados.

O Sindipetro Paraná e Santa Catarina está em campanha de recadastramento de seus sócios. A iniciativa tem o objetivo de atualizar dados cadastrais e adequar as informações para o novo software de gerenciamento (Arpan). Além de melhorar o relacionamento da entidade com seus sindicalizados, potencializando a comunicação institucional e o atendimento pessoal, o recadastramento agiliza a adesão às ações jurídicas coletivas que o Sindicato entra como substituto processual, em defesa dos associados.

Para efetuar o procedimento, basta acessar o site do Sindicato (www.sindipetroprsc.org.br) e clicar no

Recadastramento Sindical



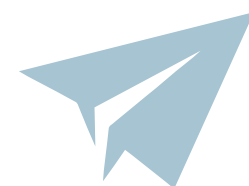
**é fácil,
é rápido,
do seu interesse,
e para o seu benefício!**

banner no topo da página. A forma mais fácil de fazer seu recadastramento é enviar a Ficha de Registro de Empregado (FRE) na opção 1 (válido apenas para trabalhadores da ativa). O segundo modo é um pouco mais demorado, mas bem simples de fazer, e requer o preenchimento de um formulário junto à opção 2 (válido para aposentados, pensionistas e petroleiros da ativa que optarem por não fornecer a FRE).

Não deixe de fazer o recadastramento. Lembre-se, é do seu interesse e para o seu benefício!

Opção 1
(apenas para trabalhadores da ativa)

Envie sua FRE
(Ficha de Registro de Empregado)



Opção 2
(aposentados, pensionistas e quem não quiser fornecer a FRE)

Preencha o formulário



www.sindipetroprsc.org.br

→ REPAR

Sorte para o azar

Escolher membros da Brigada de Emergência por sorteio sem fornecer treinamento adequado é insanidade administrativa

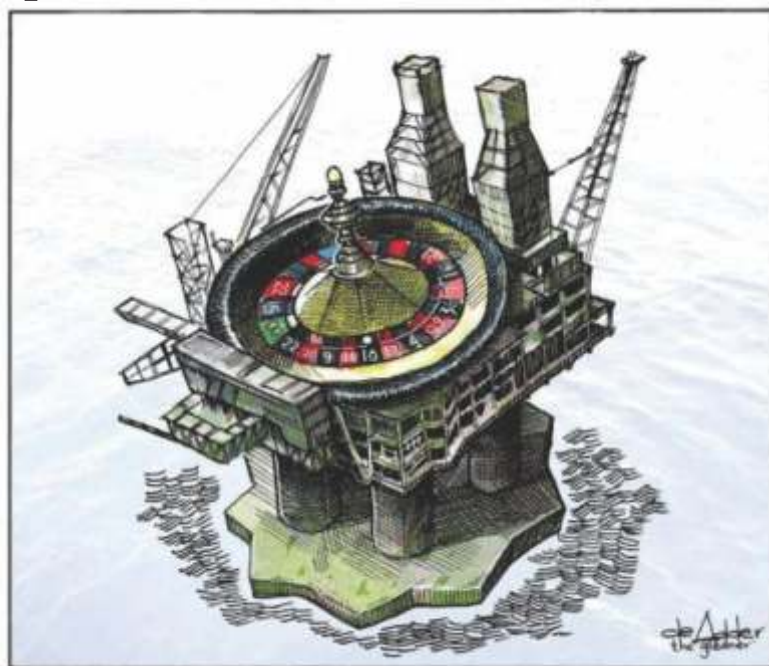
Que os gestores da Repar apostam na sorte com relação à segurança na unidade não é novidade para ninguém. Já foram vários acidentes ao longo dos últimos anos, felizmente sem vítimas fatais.

O fato novo é que na falta de brigadistas voluntários para compor a Equipe Organizacional de Resposta (EOR), a estratégia utilizada é o sorteio entre os petroleiros, o que escancara a audácia dos diretores da refinaria no jogo da sorte. Azar para os sorteados.

O Sindicato já questionou sobre a obrigatoriedade de exercer a função de brigadista e a empresa alega que está previsto em contrato de trabalho. A artimanha não colou! Não há previsão expressa em lei que a integração do empregado à brigada é compulsória. A Norma Regulamentadora Nº 23 do Ministério do Trabalho discorre sobre a brigada e também há muitas outras normas de segurança e certificação sobre o tema, mas que não têm vinculação com o contrato de trabalho.

Sobre a obrigatoriedade ou não, a única previsão está na NBR 13276, que discorre que os brigadistas serão voluntários ou indicados. Todavia, essa norma não é de aplicação direta, já que tem natureza de instrução de segurança para a empresa. As brigadas também podem ser formadas por outras pessoas não empregadas, como bombeiros civis e voluntários da comunidade.

No parecer jurídico solicitado pelo Sindicato, o advogado Sidnei Machado foi



incisivo. “Entendo que não faz parte do contrato de trabalho a obrigação de integrar a brigada, pois não é cláusula expressa ou implícita. Com isso, em respeito ao contratado, não pode a empresa impor ao trabalhador executar serviços não contratados, muito menos quando esse trabalho é de elevado risco à sua saúde e integridade física. Tanto é verdade que as normas falam em 'brigadistas voluntário', ou seja, não podem ser criadas 'brigadas forçadas'”.

Também não estão claras as áreas de atuação do brigadista, o que levanta alguns questionamentos, como se ele deve atender os acidentes somente em seu setor ou em qualquer local da unidade? Se acaso a segunda opção seja a indicada, uma emergência em outro setor acarretaria num abandono de área, o que geraria acúmulo de

serviço, pois mexeria com o efetivo local e a segurança operacional da unidade. Conforme a decisão das assembleias sobre efetivo, os brigadistas devem atender apenas as emergências de seu próprio setor, com situações mais graves a cargo da equipe de SMS.

Diante da situação polêmica na Repar, o Sindicato faz algumas orientações. Se o indicado não teve treinamento específico para as novas unidades, não pode e não deve aceitar a imposição, no uso do direito de recusa, previsto em ACT. Escreva ao supervisor e gerente setorial dizendo que a falta de capacitação não o qualifica para compor a EOR. Outras justificativas, como função não remunerada, falta de condição física ou emocional e insuficiência de equipamentos para o combate também são plausíveis.

Abaixo-assinado

O Sindipetro Paraná e Santa Catarina, conforme decisão de assembleia, organiza um abaixo-assinado no qual os signatários manifestam a oposição em participar da EOR por causa dos vários problemas envolvendo a brigada que estão relatados nesta matéria, sobretudo com relação à falta de efetivo e de treinamento.

Piada pronta!

Segundo direção da Repar, acidente na HRC foi expansão de gases.

Mais uma da série “seria cômico se não fosse trágico”. Ao comunicar o acidente que aconteceu na casa de analisadores da unidade de Hidrotratamento e Reforma Catalítica (HRC), ocorrido na madrugada do dia 21 de maio, a direção da Repar tratou o caso como uma “expansão de gases (sic) em ambiente confinado seguida de incêndio de pequenas proporções”.

Aos olhos dos gestores, explosão virou mera “expansão de gases”. É de duvidar que mantivessem tal posição se fossem as vidas deles que estivessem em perigo. O estrondo foi sentido na Casa Integrada de Controle (CIC) e no setor de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS). A explosão aconteceu há aproximadamente 10 metros da Casa de Controle Local (CCL), onde estavam vários operadores.

Minimizar riscos e varrer a sujeira pra debaixo do tapete está virando especialidade daqueles que detêm o poder na refinaria. A explosão seguida de incêndio de grandes dimensões na Unidade de Destilação (U-2100), em 28 de novembro do ano passado, que paralisou a produção da refinaria por quase um mês, foi tratada pelos gestores como um simples “princípio de incêndio”. Enquanto eles pensam que enganam, as condições de segurança pioram cada vez mais na Repar. A fórmula da tragédia está colocada: Procop, redução do efetivo, aumento da produtividade e subnotificação de acidentes.

A raiz do problema

Modelo de gestão da companhia favorece o descumprimento de procedimentos. O que se percebe é que as falhas são as mesmas. Problemas na gestão da contratação dos projetos, fiscalização nos recebimentos dos equipamentos e acompanhamento da montagem. Não há pessoal próprio suficiente para cumprir com essas demandas e a solução sempre é a terceirização e até a quarteirização dos serviços, que são sinônimos de precarização e incidência de acidentes.

Demolição solidária

A antiga Sede do Sindipetro Paraná e Santa Catarina, que por décadas serviu à luta dos petroleiros, foi demolida durante o mês de maio. Apenas o salão de assembleias foi mantido. Com a aquisição da nova sede, que faz um “L” com o lote antigo, foi necessário ampliar as vagas de estacionamento do Sindicato, que antes eram apenas cinco e mal suportavam a frota da entidade. As vagas ainda não foram delimitadas, mas serão em torno de vinte.

Os materiais que puderam ser aproveitados foram retirados pelos companheiros do Assentamento Contestado, do MST. “Vamos utilizar a madeira, as telhas, as janelas e tudo o que pôde ser aproveitado para construir um centro comunitário no assentamento”, disse Luis Cloves Schons.

Localizado na Lapa, o Contestado abriga 108 famílias que produzem sua subsistência em um área de 3 mil e 200 hectares. A produção de hortaliças é escoada semanalmente em Curitiba.

➔ PETROBRÁS SOB ATAQUE!

Protesto em São Paulo denunciou as tentativas neoliberais de atacar a Petrobrás como refúgio do desespero político eleitoral

Ao som do Trio Nordestino, que entoou canções de Luiz Gonzaga para aquecer a fria manhã paulistana, diversas entidades sindicais e sociais promoveram, no dia 27 de maio, mais um grande ato em defesa da Petrobrás e pela empresa 100% pública. Cerca de 300 pessoas se concentraram em frente ao Edifício Sede (Edisp) para protestar contra os ataques de cunho eleitoral promovidos contra a maior empresa brasileira. O Sindipetro Paraná e Santa Catarina participou da atividade com uma caravana que levou petroleiros aposentados e dirigentes sindicais.

Pelos sindicatos de petroleiros fizeram uso da palavra os companheiros Zé Araujo (Sindipetro RN), Vitor (Sindipetro NF) Silvaney (Sindipetro PR e SC), Paulo Roni (Sindipetro ES) e Cibele Vieira (Unificado-SP). Outros sindipetros, como o de Minas Gerais, estavam presentes, mas fizeram apenas uma saudação para dar oportunidade de outros movimentos se manifestarem.

José Araujo destacou que o projeto de empresa que os petroleiros querem é ver a Petrobrás voltada para o povo e não para o mercado. Vitor, cujo sindicato recentemente passou por eleição, salientou que o povo deve estar atento à onda de ataques que tem por objetivo interferir na eleição de outubro. Já Silvaney lembrou que esta não é a primeira vez que a direita ameaça a Petrobrás. “Temos que, novamente, erguer uma barreira para enfrentar esses ataques, não é hora de vacilar”, sentenciou. Na mesma linha de raciocínio, Paulo Roni lembrou que “mais uma vez a Petrobrás é colocada no palanque das disputas eleitorais”. O sindicalista registrou que 54 companheiros de seu Estado se mobilizaram para



Petroleiros mobilizados na Avenida Paulista, em defesa da Petrobrás

participar do ato em São Paulo.

Pátria ameaçada

Em nome do Sindicato anfitrião, Unificado, a dirigente Cibele Vieira lembrou as diversas lutas já travadas, o constante combate à imprensa golpista e a necessidade de uma reforma política. “Em setembro as entidades irão promover um plebiscito popular pela reforma constitucional, vai ser mais um momento de embate dos trabalhadores”, afirmou.

Para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Rafael Marques, a Petrobrás é um patrimônio nacional e deve ser defendida em todas as instâncias. Ele salientou a recuperação da indústria naval brasileira como um dos setores que “renasceram” com o fortalecimento da Petrobrás. Estudantes da Ubes, militantes do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), do MST, representantes da CUT, da CTB e do PPL (Partido Pátria Livre) também

estiveram presentes ao ato.

Em nome da CTB, o diretor da FUP Divanilton Pereira destacou o trágico legado deixado pelo PSDB. “Essas forças reacionárias não têm moral para falar da Petrobrás, o PSDB deixou um legado trágico de sucateamento na empresa”. Pela CNQ-CUT falou o coordenador do Unificado e secretário geral da Confederação,

Itamar Sanches.

Penúltimo orador, o coordenador nacional da FUP, João Antonio de Moraes, lembrou a importância que o petróleo e a Petrobrás sempre tiveram na história recente do Brasil. “Getúlio Vargas criou a Petrobrás após uma longa campanha nacionalista e enfrentou toda a sorte de oposição. Seu sui-

cídio retardou em dez anos o golpe militar. O último decreto de João Goulart foi a da encampação de refinarias, como a de Mauá, minha base. Logo após o golpe, o gerente general – porque só quem é eleito é presidente, quem é indicado é gerente – Castelo Branco, como primeiro ato, revogou a encampação e devolveu as refinarias ao capital internacional, ou seja, o petróleo sempre esteve no centro da luta política do povo brasileiro”. Sobre os ataques à empresa, Moraes não teve dúvida de alertar que “a pátria está ameaçada, e o grande e único partido de oposição hoje se chama mídia golpista. Essa mídia, e setores neoliberais conspiram o tempo todo contra o povo. Esses ataques continuarão, temos de nos encher de energia e compromisso com as futuras gerações para travar esse combate, da forma como estamos fazendo hoje neste ato”, finalizou Moraes.

Dicão, presente!

Os participantes da caravana do Sindipetro Paraná e Santa Catarina lamentaram muito a ausência do companheiro Evandenir de Souza Costa, conhecido como Dicão, que sempre participava das viagens de mobilização que o Sindicato promove. Dicão faleceu no dia 15 de maio, vítima de parada cardíaca. Dicão era um frequentador assíduo do Sindicato e muito querido entre os aposentados, diretores e funcionários. Trabalhou no Terminal de Paranaguá até 1992, quando se aposentou.

Deixa a esposa, Elena Christakis Costa, e três filhos, Carlos Fabiano, Paulo Roberto e Ana Paula. O Sindipetro Paraná e Santa Catarina lamenta a perda do companheiro e presta suas condolências aos familiares e amigos de Dicão.



➔ NOTA OFICIAL DA CUT

A oposição tem medo da participação social

O ataque de setores da oposição ao decreto presidencial que institui uma estrutura para a sociedade civil organizada poder participar, debater e apresentar propostas ao governo federal – a chamada Política Nacional de Participação Social – expõe as diferenças de concepção entre um projeto democrático e popular e a velha ideia de que é exclusividade de “especialistas” sem mandato eletivo o papel de assessorar os governos na gestão, planejamento, uso dos recursos financeiros do Estado e na definição de políticas públicas.

Desmascara também alguns que dizem falar em nome do povo, mas que no fundo acreditam em tutela. Pensam que a relação entre Executivo e Legislativo é suficiente para traduzir os anseios de uma sociedade multifacetada e com sérias dificuldades de representação parlamentar como a nossa.

A oposição, segundo informações veiculadas pela imprensa, alega inconstitucionalidade, por entender que o decreto contraria o parágrafo primeiro da Carta, que diz “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”. Ora, para quem aplaude as decisões despóticas de magistrados do Supremo Tribunal Federal que jamais receberam um único voto popular para

estar onde estão, é risível.

Embora as estruturas de participação popular criadas pelo decreto não tenham poder decisório, mas propositivo, representam um espaço de poder de representantes do povo. Além disso, a oposição finge desconhecer que muitos dos representantes da sociedade civil são eleitos por seus pares para ocupar cargos de direção em sindicatos e movimentos sociais. A hipocrisia dos partidos contrários ao decreto fica ainda mais exposta se lembrarmos que, ao definir o conceito de “sociedade civil”, o decreto abre a possibilidade de representantes de associações empresariais e ONGs participarem igualmente.

A transformação dos espaços de diálogo em políticas permanentes de governo – e não de mandato presidencial –, com calendário definido, é uma proposta que a CUT, demais centrais e movimentos sociais defendem desde os primeiros instantes do governo Lula até aqui, no governo Dilma. Não pudemos fazê-lo anteriormente simplesmente porque não existiam espaços de diálogo.

A participação social já vem se dando por intermédio de Iniciativas como as Conferências Nacionais (a de Comunicação, as empresas do setor ignoraram, zelosas da “liberdade de expressão”), as mesas permanentes de



Nota oficial da CUT critica ação de partidos contra decreto presidencial que cria Política Nacional de Participação Social

negociação que geraram avanços como a valorização do salário mínimo e a extensão dos direitos trabalhistas para as trabalhadoras domésticas, ou os espaços tripartites que garantiram a preservação da Previdência Pública e Universal e a tomada de decisões políticas que levaram o Brasil a atravessar com coragem os piores momentos da crise econômica internacional, que ainda vitima vários trabalhadores ao redor do mundo.

A importância da prática do diálogo social pode ser demonstrada também pelo período que se seguiu às manifestações de junho do

ano passado. Muitos dos movimentos surgidos mais recentemente e que impulsionaram as jornadas de 2013 têm sido recebidos pelo governo e compartilhado experiências e ações com outros movimentos sociais e sindical. Assim também se constroem as mudanças.

Iniciativas para diminuir as lacunas, às vezes abismos, entre a vontade do povo e as decisões oficiais jamais deveriam receber críticas. Só se quem critica quiser mesmo o povo do lado de fora.

E é óbvio que, se uma vez adotada pelo governo, determinada proposta elaborada e

apresentada no âmbito da Política Nacional de Participação Social seja seguida por todos os ministérios e órgãos federais. Por que deveria ser diferente?

O poder econômico dispõe do lobby. Não lhe interessa, por certo, a ampliação do diálogo social.

Por isso, defendemos o decreto presidencial.

E que isso represente apenas mais um passo rumo a maiores mudanças, como a reforma política, para qual defendemos a convocação de uma constituinte exclusiva e soberana.

Vagner Freitas, presidente da CUT
Sérgio Nobre, secretário geral

